

Comunicação, História e Memória: as “vozes incontroladas” do passado

Communication, History and Memory: the “uncontrolled” voices of the past

Comunicación, Historia y Memoria: las voces “incontroladas” del pasado

Marialva BARBOSA¹

Resumo

O artigo reflete sobre as correlações entre Comunicação, História e Memória, procurando aproximar e distanciar os três conceitos. Num segundo momento, depois de particularizar diferenças e igualdades que podemos perceber nesta ordem conceitual, percorre-se algumas trilhas e caminhos que dizem respeito, de maneira particular, para tornar visível e audível algumas vozes dos escravizados do século XIX, que se configuram, ao materializarem corpos, gestos e sentidos, como “incontroladas” do passado.

Palavras-chave: Comunicação; Memória; História; Escravizados; Século XIX

Abstract

The article reflects on the correlations between Communication, History and Memory, seeking to bring the three concepts closer together and further apart. In a second moment, after particularizing differences and similarities that we can perceive in this conceptual order, some paths and trails are followed that relate, in a particular way, to making visible and audible some voices of the enslaved people of the 19th century, which are configured, by materializing bodies, gestures and senses, as “uncontrolled” voices of the past.

Keywords: Communication; Memory; History; Slaves; 19th century

¹ Doutora em História – Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – E-mail marialva153@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>. Autora convidada do dossiê Comunicação e Memória.



Resumen

El artículo reflexiona sobre las correlaciones entre Comunicación, Historia y Memoria, buscando acercar y alejar los tres conceptos. En un segundo momento, luego de particularizar las diferencias e igualdades que podemos percibir en este orden conceptual, seguimos algunos senderos y caminos que se relacionan, de manera particular, con hacer visibles y audibles algunas voces de los pueblos esclavizados del siglo XIX, que se configuran, al materializar cuerpos, gestos y sentidos, como “descontrolados” del pasado.

Palabras clave: Comunicación; Historia; Memória; Pueblos esclavizados; Siglo XIX.

Introdução

O tema da memória, apesar de já ter sido abordado sob as mais diferentes perspectivas, continua sendo importante e atual, face às diversas conjunturas históricas que não cessam de se atualizar. Neste sentido, eu gostaria de referenciar rapidamente, como exemplo, a obra vencedora de melhor filme internacional, e ganhadora do primeiro Oscar do Brasil, *Ainda Estou Aqui*, em solenidade que emocionou muitos brasileiros no domingo de carnaval de 2025, e que poderia ser definido como um filme construído a partir de muitas camadas de memória.

A evocação do tema da memória está, portanto, por toda parte: na cultura da nostalgia; no idílio do passado; no esquecimento comandado das violências que emergem em muitos momentos da nossa história, com destaque para o período da ditadura civil-militar brasileira inaugurada com o Golpe de 1964; nas ruínas e paredes descarnadas da cultura material de nossas cidades; nas cidades monumentos; na reatualização do passado de resistência de uma história de luta, como, por exemplo, a dos escravizados brasileiros, cujas ações e práticas culturais resistem como memória de um passado que não pode ser esquecido.

Se, por um lado, observamos, desde o final do século XX, a exacerbação de uma cultura da memória, no dizer de Huyssen (2014), por outro, proliferam exemplos cada vez mais contundentes dos usos políticos da memória em favor de esquecimentos comandados, para que, assim, se esqueçam as muitas barbáries que fazem parte da nossa história. E isso numa história marcada pela dominação, pela instauração das diferenças, mas também uma história de resistências, muitas vezes



incompreensíveis e imperceptíveis, não fossem os movimentos escavadores da história e da memória.

Em primeiro lugar, neste texto, vou procurar aproximar e distanciar os três conceitos: História, Memória e Comunicação. Num segundo momento, depois de particularizar diferenças e igualdades que podemos perceber nesta ordem conceitual, proponho-me a percorrer algumas trilhas e caminhos que dizem respeito, de maneira particular, aos resultados da pesquisa que vem sendo por mim realizada em torno das “Biografias improváveis dos escravizados brasileiros do século XIX” (BARBOSA, 2021).

Das vozes dominadas poucos são os vestígios que permanecem durando, já que a interdição aos seus discursos e à documentação das suas existências provocam hiatos duradouros, que só percorrendo trilhas, que muitas vezes se desviam do caminho do pesquisador, podemos novamente identificá-las. Em suma, fazer o movimento de trazer do esquecimento para a lembrança, que é definitivo para a memória.

Mas, se o pesquisador, ao teimar diante de uma pretensa memória comandada pelo esquecimento e fizer o esforço de reinseri-la no presente, a partir das questões do presente, ele é capaz de, seguindo trilhas, muitas vezes tortuosas, encontrar caminhos pavimentados. É um pouco deste movimento que mostramos, quando apresentamos restos sobreviventes das vidas escravizadas, que aparecem aqui nomeados como “vozes incontroladas” (GINZBURG, 2007) - e indomáveis - do passado. Estes restos são rastros das suas presenças e dos significados destas presenças como vidas duradoras, vidas que se transformam em histórias com começo, meio e fim. Assim, como movimento final de onde a história se encontra com a comunicação e a memória, apresentamos algumas vidas e vozes dos escravizados do século XIX, que permaneceram durando por serem atos de comunicação desses homens e mulheres que, assim, pela comunicação, perpetuaram suas existências.

De que história estamos falando?

Embora os estudos de comunicação sejam governados pelos temas ultra contemporâneos, afastando-se da ideia comum de história, ao se ocupar dos processos inacabados, não há, de fato, este afastamento. Mesmo privilegiando a atualidade em permanente mudança, podemos nos valer de uma visão histórica.



Há que se remarcar, também, que a aproximação com o contemporâneo não poderia ser diferente na Comunicação: o nosso tempo é o contemporâneo, estudamos processos do nosso cotidiano, marcados por uma aceleração exponencial e que no século XXI englobam toda a existência. No século XXI, a vida é mídia, vivemos não apenas na mídia, somos mídia. Tudo é governado pela comunicação, por processos de midiaticização, que se entranham em nossas práticas, em nossas vidas.

Portanto, compreender o mundo contemporâneo em suas múltiplas dimensões é refletir sobre esta comunicação que transforma e se reentranha nos corpos e nas mentes, direcionando nossas ações: das mais corriqueiras às mais complexas.

Diante desse diagnóstico, como fica a História? Como a Comunicação se entrelaça com a História? E, sobretudo, para que serve a História? E mais: para que serve a história nos estudos de comunicação?

A história, evidentemente, não é o estudo do passado, ainda que tenha outorga para falar do passado. Mas o passado é, antes de tudo, pretexto e pré-texto, instituindo o que pode ser denominado tempo pretexto. E por quê? A rigor, as questões elaboradas na direção do passado, as temáticas, que afloram nos estudos históricos, são sempre governadas por questões do presente, pelas problemáticas que nos afligem hoje e nos levam a buscar elos temporais capazes de religar o passado ao presente. Mais do que representar o passado, ela o reapresenta.

A história também não é meramente uma disciplina. Além de ser um campo disciplinar, evidentemente, com todos os ritos de institucionalização que um campo de conhecimento envolve, é também a forma como nos percebemos no mundo. Percebemos o passado que herdamos como “campo de experiências”, o presente em que atuamos e o futuro como “horizonte de expectativas”, usando aqui as categorias meta-históricas de Koselleck (2007). A história é, portanto, a forma como nos percebemos no mundo e na duração. Assim, existe uma dimensão filosófica do ser, no tempo e na história: é o que denominamos historicidade.

Como disciplina, ela produz uma escrita, que lhe é peculiar: a “escrita da história”, tão bem descrita por Michel de Certeau (1982), apoiada em fontes, documentos, arquivos, restos, vestígios de um passado que permanece durando. Assim, como disciplina ela não é o estudo do passado, mas como pontuou Marc Bloch (1993) num texto clássico, ela é, antes de tudo, a “ciência dos homens no tempo”.

Como disciplina, com suas pesquisas, produz uma historiografia, que também possui temas dominantes em determinadas épocas, produz revisões conceituais



importantes, mudanças de rumo, já que nenhuma ciência avança sem que haja questões contestadas, tornando-as ultrapassadas, percebidas que são em novas interpretações. O reino da ciência é o da humildade e não o da arrogância.

Há, portanto, inúmeros procedimentos historiográficos que vão construindo a disciplina. Historiografia é, assim, o estudo dos estudos sobre temas/objetos/problemas da história. Ou seja, como se fazem aquelas histórias, como ela foi narrada, que conhecimento se produz sobre a história como escrita. A história da historiografia persegue a compreensão do longo processo de sua produção (por historiadores e pesquisadores), combinando o texto historiográfico (o intratexto), com as condições históricas de sua produção (o contexto).

Falar em história (como historiografia) é, pois, pensar num campo de conhecimento, fragmentado, com muitas “especialidades”, num verdadeiro “oceano da historiografia” (Barros, 2004, p. 9), remetendo às Teorias da História. Já a dimensão da historicidade é outra coisa: trata-se do reconhecimento do ser na história (de cada um de nós na história), remetendo, portanto, à Filosofia da História. Numa Teoria da História, a história que está em cena é a episteme histórica (historiografia), enquanto historicidade refere-se às reflexões em torno do ser na história, portanto, à Filosofia da História. Claro que as duas dimensões conceituais possuem raízes comuns, que, para Agnes Heller (1993), por exemplo, é o cotidiano e a consciência cotidiana.

A fragmentação da história faz com que seu oceano ache-se “hoje povoado por inúmeras ilhas, cada qual com sua flora e fauna particular” (Barros, 2004, p. 9). Há fragmentação de especialidades, o que não é exclusivo da história, existindo em todos os campos de conhecimento, a partir do que se denomina “fragmentação de perspectivas” (Barros, 2004, p. 11).

Mas a hiperespecialização, a fragmentação excessiva do saber, próprio do nosso tempo, faz com que se veja o mundo e as coisas do mundo não de maneira holística, mas recortada em especialidades sem fim, levando também ao próprio desinteresse pelo conhecimento humanístico. Isso, aliado a um tempo em que se multiplicam de maneira exponencial opiniões, muitas vezes governadas pela desinformação nas redes digitais, e que fragmentam ainda mais o olhar, produzindo conflitos e apagamentos intermináveis, o que é uma característica também dos nossos tempos.



Mas como organizar tudo isso na História? Ou seja, classificar e organizar suas subáreas especializadas? Um dos caminhos (Barros, 2004) é organizar estas hiperespecializações em ordens de análise: as dimensões; as abordagens e os domínios da história. Assim, as dimensões corresponderiam aos enfoques (modo de ver); as abordagens aos métodos (modo de fazer, por exemplo, história cultural) e os domínios aos temas (escolhas específicas, história da mídia, história do direito, história das mulheres, por exemplo). Claro que podemos unir numa mesma perspectiva histórica, uma dimensão, uma abordagem e um domínio.

Comunicação e história: entrelaçamentos

A partir do que foi destacado até agora, podemos apontar entrelaçamentos entre Comunicação e História. Ao refletirmos sobre os processos que nos atravessam no mundo contemporâneo, estamos falando de movimentos humanos no tempo em que nos movemos. Portanto, adotamos uma atitude reflexiva histórica, pois nos percebemos como partes de uma época, com todos os signos de reconhecimento de suas mazelas, incompreensões, incompletudes e transformações. Portanto, os estudos de comunicação se constituem em parcelas de interpretação do nosso tempo e são importantes para a compreensão do nosso passado-futuro do presente.

Há outro entrelaçamento que diz respeito à materialidade do comunicacional. Os homens ao viverem, sempre na história, produzem muitos traços de sua existência. E esses traços, restos, rastros e vestígios permanecem durando, porque foram (e são) atos de comunicação. Por isso, mesmo quando ocorre o esforço deliberado para o seu apagamento e a produção de múltiplos esquecimentos, quase sempre há restos, vestígios, traços. O ato comunicacional dos homens de outrora é o vestígio do presente, que permite afirmar que os homens do passado passaram por aqui.

Além disso, história e comunicação constituem-se como dois campos de conhecimento. Quando pensamos em entrelaçamentos, estamos propondo a troca e a partilhas de saberes, podendo os estudos de comunicação adotarem dimensões, abordagens e domínios da história. Da mesma forma, os estudos históricos poderiam adotar dimensões e abordagens e domínios da comunicação, sobretudo quando procuram analisar processos mais contemporâneos. Enfim, reconhecer que no domínio da história da comunicação, da imprensa, enfim, das muitas histórias que fazemos, há modos de perceber e modos de contar essas histórias que podem



contribuir para um olhar mais complexo sobre o tempo movediço que chamamos contemporâneo.

Mas os entrelaçamentos também se fazem a partir dos muitos conceitos que se constituem em partilhas teóricas entre comunicação e história: alguns deles são fundamentais para os dois campos. Tempo e memória talvez sejam os mais importantes.

Assim, o primeiro movimento ao pensar a questão do memorável entrelaçada ao histórico é perceber que história não é memória e que memória não é história. Mas desde a potente reflexão de Paul Ricoeur, no livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007), não é mais possível repetir a confusão conceitual. Em primeiro lugar, a memória diz respeito ao nível declaratório do testemunho (“eu estava lá, por favor acreditem em mim”; e se não acreditarem, por favor, “perguntem a outras pessoas”). Já a história relaciona-se ao nível documental que torna incontestável a verdade presumida do passado, já que a sua epistemologia impõe a verdade sobre o passado, baseada em fontes, documentos, e tudo aquilo que materializa o discurso sobre o passado. O documento é indicial, indica a passagem em atos comunicacionais, enquanto o testemunho baseia-se na confiança outorgada àquele que esteve lá.

A segunda diferença entre memória e história coloca, de um lado, reminiscência e, de outro, a operação historiográfica (ou seja, a construção histórica governada por regras de domínio, explicações por estas regras, como as das regularidades, as das causalidades e as das razões). A operação historiográfica busca uma explicação dos acontecimentos passados, entre muitas possíveis, enquanto a memória produz o ingresso no passado pelo caminho da reminiscência construída como brecha para entrar neste mundo, sempre a partir do presente.

A terceira diferença marca a relação entre reconhecimento e representação do passado. A memória, pela suposta fidelidade em relação ao passado, o reconhece. Já a história, a partir de documentos, fontes múltiplas, vestígios, possui a intenção de acessá-lo, rerepresentando-o e representando-o. Enquanto a história é regida pela epistemologia da verdade, a memória é regida pelo regime da crença em relação à sua fidelidade ao passado.

Não cabe aqui no âmbito deste texto rememorar os múltiplos caminhos percorridos pelo conceito de memória, numa historiografia do próprio conceito desde o século XIX e os aportes que os foram adensando ao longo de todo o século XX e no



século XXI². São incontáveis as importantes reflexões sobre a memória, de tal forma que hoje os chamados “Estudos de Memória” constituem uma área própria de debate multidisciplinar envolvendo campos de saberes e não só da chamada humanidades.

Um exemplo de como esta aproximação, inclusive dos estudos de comunicação, tem sido proveitosa é a construção de conceitos que dizem particularmente respeito ao campo das mídias, como o de memória comunicativa (ASSMANN, J., 2016), num primeiro momento, e memória midiática, num segundo, ou seja, o reconhecimento que a memória coletiva está intimamente relacionada aos fenômenos midiáticos. De tal forma que se pode afirmar a existência de uma produção midiática da memória: desde a oralidade das conversações até os meios analógicos e digitais, produzem esquemas e modelos de narrativas das experiências, transmitem versões de um passado comum, amplificando-os. É através das mídias que a dimensão individual se conecta com a cultural da memória coletiva, transformando-as. A midiatização, pois, é intrínseca ao memorável.

(Re)apresentando o passado de diversas formas, os meios de comunicação produzem criações deste passado, versões reatualizadas, valores e normas, identidades etc. São determinantes para a forma como percebemos o mundo, como nos recordamos e como exercemos o ato comunicacional. Ampliam os testemunhos. São lugares aonde as reminiscências se apresentam. Constituem-se em documentação do passado, sendo suportes e materialidades da memória. Produzem memórias comuns. Operam níveis declaratórios, exercendo esquecimentos. Memória midiática, portanto, constitui-se num campo privilegiado da memória do contemporâneo, sendo que a mídia apresenta (ou encobre) coisas que nos fazem lembrar e, ao mesmo tempo, são instituições, dispositivos, mediações entre os indivíduos e o mundo. A memória está nas mídias e é das mídias.

Ao considerar que a memória se transforma em agência estratégica para narrar e gerenciar saberes no século XXI, as pesquisas que analisam os ambientes comunicativos digitais destacam a maneira como esta é assimilada e disponibilizada por esses meios. Nesses ambientes, as experiências da memória centram-se no automatismo e no excesso, levando a ressignificações das compreensões coletivas e subjetivas. Memória midiática seria, portanto, decorrência da midiatização da memória nos tempos contemporâneos, marcados, de um lado, pelo excesso e, de outro, pela renovação permanente e pela diminuição da capacidade imaginativa, em

² Sobre a história do conceito de memória cf. Joutard, 2015.



função da considerável e crescente abstração criada pelo midiático (BAITELLO e BORNHAUSSEN, 2018). A memória cultural do século XXI é a memória midiática.

Se acrescentarmos o fato de que vivemos imersos na mídia, construindo uma forma própria de vida, a virtual, fica ainda mais evidente que a memória coletiva contemporânea é midiática. Os processos de assimilação e disponibilização da memória são articulados pela vida digital, na qual o ato de tudo armazenar faz parte do fascínio mnemônico. A midiatização da memória é marcada pela presentificação do passado, em meios que impõem o imediatismo, no acesso e nos conteúdos, e que têm como marca o excesso. Pensar a vida hoje é colocar em destaque o midiático e com ele a memória. Este é o último nível de reflexão para o que estamos denominando memória midiática: a memória no tempo, no nosso tempo.

Vozes incontroladas

Para finalizar esta reflexão, rearticulando o memorável com o comunicacional, apresento fragmentos de uma pesquisa que está em curso e que se denomina “Biografias improváveis dos escravizados brasileiros do século XIX”. A intenção é, a partir de restos duradouros do passado, reconstruir vidas usando altas doses do que pode ser denominado imaginação historiadora. A partir de documentos que chegaram até nós sob a forma de restos que podem ganhar significação, tornando-se, assim, rastros, o objetivo é tornar esses homens e mulheres locutores de sua própria história e não meramente fontes que permitem a um historiador do futuro se arvorar a dar a eles voz. É preciso que eles tomem a sua própria voz, tornando-se autores de suas existências.

Portanto, Severo, Manoel, Timóteo, Maria, Deolinda, e muitos outros, se apresentam a cada um de nós, embora jamais possamos ver a face visível de seus rostos e os gestos de seus corpos. No entanto, pelas brechas e pela interpretação dos sentidos da vida num tempo longínquo, a partir de gestos tomados como comunicacionais, podemos ir remontando vidas e deixando que eles falem de suas próprias existências.

Mesmo tendo sofrido toda a sorte de violências para que estas vozes não perdurassem, há sempre “vozes incontroladas” do passado, como já destacamos, usando a feliz expressão de Carlo Ginzburg (2007), que podem ser escutadas. Vozes que trazem gestos, sofrimentos, sentimentos, afetos, revoltas, alegria, modos de viver na diáspora africana.



Para isso, utilizamos duas ordens documentais: processos penais e fichas dos escravizados condenados que permaneceram arquivadas no antigo Arquivo da Casa de Detenção da Corte³.

Em primeiro lugar, apresento Manoel, que, como todos, não tinham mais traços do seu nome. Atribuíam um nome, que era apagado, por exemplo, pelo local onde tinham sido embarcados. E foi assim, pela nominação do tráfico, que Manoel se transformou em Manoel Moçambique. Nascido em 1837 ou 1838, possuía idade presumida de 32 anos quando foi preso. No seu processo de julgamento na 1ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, o crime é descrito a partir de uma testemunha: um português que avistara Manoel na rua por detrás do Carmo, no centro do Rio de Janeiro, esfaqueando Antônio, às 8 horas da manhã do dia 28 de abril de 1869, em “frente ao portão da sua casa”. Foi preso e encaminhado à Delegacia do 1º Distrito da Freguesia de São José. No processo, Antônio aparece nomeado como um “companheiro” de Manoel. Só que não é bem assim.

A partir das cenas descritas no processo e, também, pela imaginação historiadora podemos remontá-las, escutando vozes do passado e vendo passos e gestos que indicam muitas condições da vida afrodiaspórica. Manoel e Antônio vão ao Chafariz da Carioca (hoje Largo da Carioca, no centro comercial e administrativo da cidade) para buscar um barril de água, aonde centenas de escravizados pegavam água para levarem às repartições públicas, muitos deles saindo das prisões acorrentados pelos pés e trazendo ferros no pescoço: eram os libambos, que já denominei em outra oportunidade (BARBOSA, 2016) como “olhos e ouvidos” das prisões.

Os barris de água pesados causavam dores e as queixas levavam aos castigos corporais. Foi isso que aconteceu com Manoel. “Foi castigado a chicotadas por

³ Os documentos da antiga Casa de Detenção do Rio de Janeiro estão depositados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. O decreto nº 1774, de 02/07/1856, criou a Casa de Detenção da Corte, que funcionou, inicialmente, na Casa de Correção, subordinada ao chefe de Polícia. O decreto nº 10223, de 05/04/1889, estabeleceu que a Detenção seria destinada a indiciados legalmente enviados pelas autoridades policiais e judiciárias do Município Neutro e à execução da pena de prisão simples. Com o regulamento de 1900 (decreto nº 3641, de 14 de abril), a Detenção passou a receber somente os presos enviados pelas autoridades policiais, judiciárias e administrativas do Distrito Federal. A partir de 1941 (decreto-lei nº 3971, de 24 de dezembro), a Detenção passou a denominar-se Presídio do Distrito Federal, destinado somente a recolher os presos preventiva ou provisoriamente, segundo o decreto nº 25945, de 04/12/1948. Com a lei nº 3752, de 14/04/1960, os serviços de natureza local prestados ou mantidos pela União foram transferidos para o Estado da Guanabara, incluindo-se entre eles o Presídio do Distrito Federal. Arquivo Nacional: SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Código do documento: BR RJANRIO NF.

https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1443. Acesso em 7 de abril de 2025.



Antônio na rua do Carmo” (p. 5). Portanto, Antônio não era seu companheiro: companheiros não aplicam castigos, companheiros não chicoteiam. Certamente, Antônio acompanhara Manoel para vigiá-lo.

Manoel tenta fugir das chicotadas e corre desesperado pelas ruas do centro do Rio. Ruas labirínticas, com muitas casas, grande aglomeração de pessoas nas pequenas vielas, o que certamente dificultou a sua fuga. Antônio consegue alcançá-lo e o derruba. No chão, Manoel encontra uma faca e, com ela, golpeia Antônio na barriga. Foge carregando a faca, mas é preso pelo sargento Calvino Pereira Rangel a mando do subdelegado do 1º. Distrito da Freguesia de S. José, Antônio Fernandes Pereira Portugal.

No laudo médico, anexo ao processo, a descrição do corte provocado pela facada desferida por Manoel expressa a raiva contida no gesto de esfaquear: não bastava atingir, era preciso se assegurar que o objetivo tinha sido alcançado. Além da abertura do ferimento, está ali, no laudo, os muitos movimentos feitos depois que a faca atingiu o alvo: de baixo para cima, da esquerda para direita, conseguindo perfurar o estômago. Há uma tessitura da revolta que se expressa em movimentos precisos, certos, repetidos e desferidos sem aflição. Muitas vezes, a revolta se materializa em gestos.

O paciente apresenta abertura de três centímetros de perfuração, oblíqua entre a nona e décima costela do lado esquerdo, dirigida de fora para dentro, de baixo para cima, da esquerda para a direita, atravessando o estômago, esse cujo agora existe uma abertura de mais de uma polegada, pouca hemorragia interna (Laudo anexo ao Processo 2124, 1869, Manoel Moçambique. Maço 97, fundo 20, CODES/DJE. Arquivo Nacional)

Mas o ferimento não fora fatal. No processo uma informação é, à primeira vista, incompreensível. Menos de uma semana após ter sido atingido por Manoel, Antônio vai visitá-lo na Casa de Detenção da Corte. Qual teria sido a razão do gesto de, tão logo recuperado, visitar Manoel na prisão? Teria sido a mando do “senhor de Manoel”, igualmente, “seu senhor”? Teria sido para acalmar Manoel, mostrando que estava vivo e que ele não tirara uma vida?

Não sabemos, nem saberemos, mas podemos interpretar a visita de Antônio como relacionada aos complexos significados da morte que carregaram dos seus povos originários até o mundo da diáspora. Podemos, também, perceber no gesto, que, além da uma hierarquia construída entre os dois, o que fazia com que Antônio tivesse o poder açoitar Manoel, restavam laços comuns que, podem evidenciar, a



permanência do ser como *muntu*, ou seja, a ideia de pessoa que não existe sem a coletividade construindo o ser comum. “Eu sou porque nós somos; e já que somos então eu sou”, o velho provérbio africano que sintetiza a ideia de pessoa, talvez continuasse ecoando em Antônio e Manoel.

O segundo exemplo que apresento toma como materialidade para a interpretação histórica fichas de prisioneiros da Casa de Detenção da Corte, mais especificamente, mães escravizadas. Mães quase sempre de muitos filhos. Pelo segundo motivo pelos quais eram aprisionados com uma frequência assustadora⁴ – dar queixas de maus tratos, sendo o primeiro a fuga – essas mulheres se dirigiam às delegacias das várias freguesias da cidade e lá chegando, invariavelmente, eram presas. Não apenas elas, mas também os filhos que levavam consigo. Cada um deles, mesmo os que possuíam poucos meses de vida, mesmo os que levavam na barriga e, posteriormente, nasciam na prisão, os chamados “ingênuos”, que não tinham nome de batismo na religião do colonizador, ganhavam um número, marcando-os como prisioneiros, com registro institucionalizado, desde o nascimento.

Este foi o caso de Deolinda, presa em 9 de setembro de 1882, por “queixar-se de maus tratos”. Era natural de São Paulo, tinha, aproximadamente, 33 anos, exercia a ocupação de engomadeira, e estava vestida com uma saia de chita e paletó. No momento da prisão, foram também aprisionados com ela, um menino de 12 anos, uma menina de 8 anos, um outro menino de 6 anos e o mais novo com apenas 12 meses. A nenhum foi atribuído um nome: foram apenas identificados como “ingênuos” evidenciando que não eram “batizados” nos ritos do catolicismo. Os trajes de cada um se repetem nas dezenas de fichas de crianças presas na Casa de Detenção: os pequenos portavam invariavelmente camisolas de chita; os maiores, saias de chita, se meninas, e calças de pano grosso, no caso dos meninos. No inverno podiam ter também xales para proteger do frio ou paletós normalmente pretos (e, certamente, surrados).

O que levou Deolinda a ir dar queixa numa delegacia, apesar de ser frequente e, certamente, de conhecimento amplo entre os escravizados que ir queixar-se de maus tratos significava sair de delegacia diretamente para a Casa de Detenção como prisioneiros? Certamente, ela também sabia que seria detida. Não apenas ela, mas também seus filhos. Não importa a idade que tivessem. Mesmo assim, no dia

⁴ Só para dar uma cifra, os livros de registros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, com 550 páginas cada um, comportando em cada página três registros, anotam 1650 registros por livro, que cobrem em média um período de três meses, o que dá a cifra, aproximada, de 550 escravizados aprisionados por mês.



seguinte, outra escravizada faria o mesmo gesto. E nos dias subsequentes, gestos iguais se repetiam. Muitas vezes iam em dupla, sempre com os filhos, para apresentar queixas contra os maus tratos.

A repetição do gesto, mesmo sabendo das consequências, pode ser interpretada, do ponto de vista dos trabalhos da memória, em múltiplas dimensões: a primeira diz respeito à repetição como marcação de uma posição, expressa de maneira ampla, única forma de torná-la visível para todos. A segunda, diz respeito às significações memoráveis do gesto do passado. Mesmo que não tivessem a intencionalidade de marcar a violência real que fazia parte do cotidiano da maioria, as vozes incontroladas do passado só teimam em chegar ao presente porque houve gestos, houve revolta expressa nas atitudes dessas mulheres, porque houve ação, porque houve um movimento procurando mostrar que os maus tratos existiam em grandes proporções e que precisavam ser denunciados. Não era possível calar.

E por não calarem é que as vozes incontroladas do passado se tornaram capazes não apenas de contar, mas de tornar possível recontar essas histórias.

Referências

- ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.
- BAITELLO, N. e BORNHAUSSEN, D. A memória midiática; projeções e sujeições no ambiente digital. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo: v. 15, n. 44, p. 552-573, set./dez. 2018.
- BARBOSA, M, 2016. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: MauadX, 2016.
- BARBOSA, M. 2021. Biografias improváveis: o si mesmo de um outro como imaginação historiadora. **Revista Brasileira de História da Mídia**. São Paulo: v.10, p.27 - 47, 2021.
- BARROS, J. **O campo da história**. Especialidades e abordagens. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- BLOCH, M. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HUYSEN, A. **Culturas do passado presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.



HELLER, A. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

JOUTARD. P. **Histoire et mémoires, conflits et alliance**. Paris: Le Découverte, 2015.

KOSELLECK. R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contracampo, 2007.

LIVRO de Matrículas de Detentos – Escravos (livro 3). Dossiê homes e mulheres. De 23 de março de 1881 a 22 de fevereiro de 1882. Arquivo Geral do Estado do Rio de Janeiro.

PROCESSO 2123, Manoel Moçambique, maço 97, ano 1869. Código do fundo: 20/CODES/DJC. Corte de Apelação, 1870. Arquivo Nacional.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.